

Estudo de caso 2 - direito da família - guarda dos filhos - Lituânia

Custas na Lituânia

Custas do tribunal, recursos e resolução alternativa de litígios

Estudo de caso	Tribunal	Taxa de transcrição	Outras taxas	Recursos	Taxa de transcrição	Outras taxas
	Taxa inicial A taxa oficial em processos que envolvem litígios entre pais separados relacionados com os contactos com a criança é de 100 LTL; o tribunal pode ajustar esta taxa, tendo em consideração o índice trimestral de preços no consumidor (actualmente, 132)	As partes pagam 10 LTL pela cópia de um documento processual e 1 LTL por cada página	O tribunal condena a parte vencida a pagar as custas processuais incorridas pela parte vencedora, mesmo que essa parte esteja isenta do pagamento de custas processuais ao Estado	Taxa inicial A taxa oficial em processos que envolvem litígios entre pais separados relacionados com os contactos com a criança é de 100 LTL; o tribunal pode ajustar esta taxa, tendo em consideração o índice trimestral de preços no consumidor (actualmente, 132)	As partes pagam 10 LTL pela cópia de um documento processual e 1 LTL por cada página	O tribunal condena a parte vencida a pagar as custas processuais incorridas pela parte vencedora, mesmo que essa parte esteja isenta do pagamento de custas processuais ao Estado
Caso A	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo de caso	RAL	Custos
	Esta opção é possível neste tipo de caso? Sim, depois de a questão principal ter sido identificada numa sessão preliminar, o tribunal proporá às duas partes a possibilidade de chegarem a um acordo de compromisso mutuamente aceitável, resolvendo assim amigavelmente o litígio	
Caso A		Gratuito
Caso B	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Custos de advogado, oficial de justiça e perito

Estudo de caso	Advogado		Oficial de justiça É obrigatório recorrer a um O.J.?	Custas pré-judiciais	Custas pós-judiciais
	A representação é obrigatória?	Custos médios			Não. Os oficiais de justiça só intervêm depois de ter sido emitido o título executivo Custos de execução: 60 LTL, que o oficial de justiça pode cobrar em todos os processos de execução, 200 LTL de honorários do oficial de justiça e outros custos de execução, que são função do tipo e da quantidade das medidas de execução
Caso A	A representação por um advogado não é obrigatória	Ver atrás, secção sobre o quadro regulamentar que prevê os honorários dos profissionais da Justiça	Não	Não	
Caso B	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo de caso	Perito		Custo
	É obrigatório recorrer a um perito?		A parte que apresenta o pedido deve constituir uma garantia no montante estabelecido pelo tribunal. O montante máximo da despesa autorizada será estabelecido pelo Governo ou por uma instituição autorizada. O tribunal condena a parte vencida a pagar as custas processuais incorridas pela parte vencedora, mesmo que essa parte esteja isenta do pagamento de custas processuais ao Estado
Caso A	O tribunal pode designar um perito ou ordenar uma peritagem para questões que exijam conhecimentos específicos, científicos, médicos, artísticos, de engenharia ou outros conhecimentos profissionais, de acordo com a opinião das partes no processo		
Caso B	Idêntico à situação nacional		Idêntico à situação nacional

Custos de compensação de testemunhas, garantias e outras taxas relevantes

Estudo de caso	Compensação de testemunhas	Garantias		Outras taxas	
	As testemunhas são compensadas pelas respectivas despesas?	Esta possibilidade existe? Quando e como é usada?	Custo	Descrição	Custo

					Ver atrás, secção sobre peritos; as despesas de procura de um demandado devem ser pagas pela parte que tiver solicitado a diligência ao tribunal Ver secção sobre os honorários dos oficiais de justiça Um tutor tem direito a receber uma remuneração pela representação, de acordo com as tarifas e o procedimento estipulados pelo Governo ou por uma instituição autorizada; os custos de representação são suportados pela parte por cuja iniciativa foi nomeado um tutor, que deve pagar antecipadamente os respectivos custos de representação
				Outras despesas incluem: 1) a inspecção de um local; 2) a procura do demandado; 3) citações e notificações; 4) a execução do acórdão do tribunal; 5) o reembolso do trabalho do curador; 6) outras despesas necessárias e razoáveis	
			O tribunal deve ter em conta a situação financeira da parte que efectua o pagamento; o montante dependerá da natureza do processo, mas não poderá ser superior a 100 000 LTL		
Sim, os montantes pagos às testemunhas são adicionados às despesas relacionadas com o julgamento do processo	Ver atrás, secção sobre honorários de peritos	Ver atrás, secção sobre honorários de peritos	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional
Caso A	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Custos do apoio judiciário e outros reembolsos

Estudo de caso	Apoio judiciário		
	Quando e em que condições é aplicável?	Quando é que o apoio é total?	Condições?
	O apoio judiciário primário pode ser requerido tal como se descreve mais atrás, na secção sobre apoio judiciário O apoio judiciário secundário pode ser obtido nas condições estabelecidas na secção sobre apoio judiciário.	O Estado garante 100% dos custos do apoio judiciário primário Os custos do apoio judiciário secundário têm em conta os bens e o rendimento da pessoa (ver secção sobre apoio judiciário)	As pessoas que desejem receber apoio judiciário primário podem requerê-lo ao órgão executivo municipal do seu local de residência As pessoas que desejem receber apoio judiciário secundário devem apresentar um requerimento especificando o apoio solicitado, acompanhado de documentos comprovativos da sua elegibilidade para apoio judiciário secundário
Caso A	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional

Estudo

de caso Reembolso

A parte vencedora pode obter um reembolso dos custos processuais?

Quais são os custos que nunca são reembolsados?

Há casos em que o apoio judiciário deve ser reembolsado à entidade que o concede?

Quando o apoio judiciário secundário é retirado pelos motivos referidos no artigo 23.º, n.º 1, alíneas 1), 2) e 6) da lei, os custos devem ser reembolsados pela pessoa a quem foi concedido o apoio, de acordo com o procedimento estabelecido na lei

Quando o seguro reembolsa os custos do apoio judiciário secundário já subsidiado pelo Estado, esses custos devem ser reembolsados ao Estado no prazo de um mês após o pagamento da prestação do seguro, de acordo com o procedimento estabelecido pelo Ministro da Justiça. Caso esses custos não sejam reembolsados pelo beneficiário do apoio, a recuperação será efectuada de acordo com o procedimento legal

Quando for concedido apoio judiciário secundário (artigo 12.º, n.º 6, da lei) e a situação do beneficiário do apoio se alterar [artigo 11.º, n.º 2, alínea 1)], este deve restituir ao erário público o montante do apoio judiciário secundário, no prazo estabelecido pelo serviço. Se o não fizer, os custos serão recuperados de acordo com o procedimento legal

Quando o Estado suporta 50% dos custos do apoio judiciário secundário e o requerente não paga no prazo estipulado a sua percentagem de 50% dos custos do apoio judiciário concedido no âmbito do processo civil ou administrativo, o processo pode ser encerrado sem que o tribunal decida do mérito da causa e o requerente deve reembolsar os custos do apoio judiciário secundário prestado, no prazo estipulado pelo serviço. O Estado será representado pelo Serviço de Apoio Judiciário

Caso A A parte vencedora pode ser reembolsada dos custos processuais pela parte vencida

Os custos do apoio judiciário garantido pelo Estado e os que são incorridos pelo devedor no processo de execução

Custos de tradução e interpretação

Estudo

de caso Tradução

Quando e em que condições é necessária?

Custo aproximado?

Interpretação

Quando e em que condições é necessária? Custo aproximado?

		Uma parte cujos documentos processuais devam ser traduzidos para uma língua estrangeira deve constituir antecipadamente uma garantia destinada a cobrir as custas processuais, cujo montante é estabelecido pelo tribunal.		O tribunal deve pagar os montantes devidos a tradutores/intérpretes com fundos do erário público
	Todos os documentos processuais e respectivos anexos devem ser apresentados ao tribunal na língua oficial nacional	Quando as duas partes apresentam petições, a garantia deve ser constituída pelas duas partes, em percentagens iguais	Deve ser garantido às pessoas que não falam a língua oficial o direito a serviços de tradução/interpretação no decurso do processo	Idêntico à situação nacional
Caso A	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional
Caso B	nacional	Idêntico à situação nacional	Idêntico à situação nacional	nacional

■ Última atualização: 01/05/2010

As diferentes versões linguísticas desta página são da responsabilidade dos respetivos Estados-Membros. As traduções da versão original são efetuadas pelos serviços da Comissão Europeia. A entidade nacional competente pode, no entanto, ter introduzido alterações no original que ainda não figurem nas respetivas traduções. A Comissão Europeia declina toda e qualquer responsabilidade quanto às informações ou aos dados contidos ou referidos neste documento. Por favor, leia o aviso legal para verificar os direitos de autor em vigor no Estado-Membro responsável por esta página.